



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

INTERSECCIONALIDADE: A POTÊNCIA DO CONCEITO-FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA A GEOGRAFIA

Intersectionality: the power of the concept-methodological tool for Geography

Intersectionnalité: la puissance de l'outil concept-méthodologique pour la Géographie

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v26.964>

Ana Paula do Nascimento Vasconcelos¹

Histórico do Artigo:

Recebido em 27 de julho de 2023

Aceito em 31 de janeiro de 2024

Publicado em 06 de fevereiro de 2024

RESUMO


A teoria crítica feminista sustenta que o patriarcado e outras formas de opressão de gênero estão profundamente arraigados nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Um dos conceitos-chaves na teoria crítica feminista é a noção de "opressão interseccional", o qual enfatiza que as experiências de opressão não são uniformes para todas/os sujeitos, mas variam de acordo com sua posição na estrutura social. Buscam questionar as estruturas de poder existentes e promover a construção de uma sociedade mais equitativa e livre de opressão. A interseccionalidade como conceito-ferramenta metodológica, proposta pelas feministas negras, sendo incorporada pela Geografia, permite uma análise mais abrangente e crítica das desigualdades e das dinâmicas sociais no espaço, levando em consideração as intersecções entre diferentes marcadores estruturantes do capitalismo. O texto objetiva enfatizar a potência do conceito para a Geografia. Para tanto é realizada uma revisão bibliográfica e mostra-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad) no que tange aos chamados "serviços domésticos" e a variável sexo. Conclui-se que a interseccionalidade permite a observância das complexas e diferentes categorias sociais, ampliando a compreensão das experiências de opressão e privilégio no espaço geográfico, permitindo a identificação de estratégias e políticas mais eficazes para promover a justiça social e espacial.

Palavras-Chave: Geografia. Trabalho. Feminismos. Interseccionalidade.

ABSTRACT

Critical feminist theory holds that patriarchy and other gender-based oppression forms are deeply embedded in social, political, and economic structures. One of the principal concepts in feminist critical theory is "intersectional oppression", which emphasizes that oppression experiences are not uniform for all subjects, and vary according to their position in the social structure. They seek to question existing power structures and promote constructing a more equitable society free of oppression. Intersectionality as a concept-methodological tool, proposed by Black feminists, incorporated by Geography allows a comprehensive and critical analysis of inequalities and social dynamics in space,

¹ Mestra e Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: anapaula.nvasconcelos@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5214-3260>



considering the intersections between different structuring markers of capitalism. The text aims to emphasize the concept's power for Geography. For this purpose, a bibliographic review is conducted, showing data from the National Household Sample Survey (PNAD) regarding the so-called "domestic services" and the gender variable. We conclude that intersectionality allows the observance of complex and different social categories, expanding the understanding of oppression and privilege experiences in the geographic space, and identifying more effective strategies and policies to promote social and spatial justice.

Keywords: Geography. Work. Feminism. Intersectionality.

RÉSUMÉ

La théorie féministe critique soutient que le patriarcat et d'autres formes d'oppression sexiste sont profondément ancrés dans les structures sociales, politiques et économiques. L'un des concepts clés de la théorie critique féministe est la notion d'«oppression intersectionnelle», qui souligne que les expériences d'oppression ne sont pas uniformes pour tous les sujets, mais varient selon leur position dans la structure sociale. Ils cherchent à remettre en question les structures de pouvoir existantes et à promouvoir la construction d'une société plus équitable et sans oppression. L'intersectionnalité tant qu'outil conceptuel-méthodologique, proposé par les féministes noires, tout en étant incorporé par la géographie, permet une analyse plus complète et critique des inégalités et des dynamiques sociales dans l'espace, en tenant compte des intersections entre différents marqueurs structurants du capitalisme. Le texte vise à souligner la puissance du concept pour la géographie. A cet effet, nous réalisons une revue bibliographique présentons les données de l'Enquête Nationale auprès des Ménages (PNAD) concernant les services dits «domestiques» et la variable sexe. Nous pouvons conclure que l'intersectionnalité permet l'observation de catégories sociales complexes et différentes, tout en élargissant la compréhension des expériences d'oppression et de privilège dans l'espace géographique, permettant l'identification de stratégies et de politiques plus efficaces pour promouvoir la justice sociale et spatiale.

Mots-clés: Géographie. Emploi. Féminismes. Intersectionnalité

INTRODUÇÃO

A ênfase na organização da sociedade em classes sociais foi mola propulsora no que se denominou Geografia Crítica. E, a partir da sofisticação da leitura do espaço geográfico como produzido, desenvolveu-se uma série de estudos acadêmicos de caráter denunciativo das desigualdades sociais. A cognição do espaço geográfico como produzido, elaborou questionamentos basilares que foram lançados a partir dos estudos geográficos urbanos, principalmente. A ideia de "espaço produzido" redimensionou o olhar dos/as geógrafos/as críticos, que passaram a conduzir pesquisas e estudos denunciativos das desigualdades sociais e territoriais no contexto do capitalismo mais recente.

Concomitante aos/as geógrafos/as críticos, os/as pesquisadores/as da chamada Geografia Cultural davam ênfase às experiências e às vivências dos sujeitos nos espaços. Os/as geógrafos/as culturais focam nos sujeitos e nas percepções sobre os espaços de modo a dar inteligibilidade aos espaços geográficos, aos lugares, aos territórios e às paisagens conforme as respectivas percepções, rompendo com a noção de espaço geográfico apenas concreto, produzido e dividido por classes sociais. Há o entrelaçar nuances de Geografias contextualizadas com o momento histórico e as questões que envolvem os marcadores estruturantes do capitalismo – classe social, gênero, raça/etnia, sexualidade e outros.

Desse modo há Geografias fundamentadas nas perspectivas da Geografia Crítica e também das chamadas Geografias Feministas, que têm como suporte teórico a Teoria Crítica Feminista. As teorias feministas buscam analisar e desafiar as estruturas de poder e dominação na sociedade, em particular, aquelas que afetam as mulheres e outras identidades de gênero. Sustentam que o patriarcado e outras formas de opressão de gênero estão profundamente arraigadas nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Centra-se em examinar como o gênero interage com outras formas de opressão, como a raça, a classe social, a sexualidade e a capacidade, e como essas intersecções influenciam na experiência das mulheres e de outras pessoas marginalizadas de forma interseccional.

O objetivo do presente artigo é enfatizar a potência do conceito-ferramenta metodológica - interseccionalidade - para os estudos geográficos. Para tanto, recorreu-se às fontes basilares que propuseram o conceito que, primeiramente, interligou classe, raça, gênero de modo a dar inteligibilidade às identidades políticas, mostrando como o sistema capitalista se configura imbricado com as culturas: patriarcal, heteronormativa e uma estrutura racista. O texto divide-se em 4 (quatro) partes, sendo a primeira esta introdução; na segunda parte é explicado o que significa interseccionalidade e os seus objetivos; na terceira parte enfatiza-se a potência do conceito para Geografia com um exemplo sobre postos de trabalho e as questões de gênero e cor; na última parte discorre-se as considerações finais de modo a dar relevo à pertinência das contribuições das teorias feministas para a Geografia.

INTERSECCIONALIDADE: DO QUE SE TRATA?

Interseccionalidade – intersecciona; interliga. Do ponto de vista científico, a interseccionalidade é um posicionamento, um conceito articulado pelas mulheres feministas negras diante da opressão da sociedade branca, eurocêntrica, heterossexual, patriarcal, cujo intuito do conceito é “desfazer a ideia de um feminismo global e hegemônico” (RIBEIRO, 2019, p. 11). Nas palavras de Akotirene (2019):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Akotirene (2019), em concordância com Patrícia Hill Collins², considera a interseccionalidade como um “sistema de opressão interligado”. Possibilita-nos compreender que o capitalismo é um sistema econômico, que posiciona hierarquicamente as pessoas conforme as suas identidades. Nessa leitura analítica do capitalismo, o racismo é compreendido como estrutural, as

² Mulher, Professora, Socióloga afro-americana coordenadora do Departamento de Estudos afro-Americanos na Universidade de Cincinnati.

desigualdades entre os sexos e os gêneros são compreendidos como parte do sistema e condição para a sua manutenção de modo a alijar todos e todas que não são brancos, heterossexuais, homens.

Entre as colocações da mulher, intelectual, negra, Akotirene (2019), se encontra a crítica às empreitadas socialistas, na qual ela afirma que os “enfoques socialistas encurtados à cantilena de classe negaram humanidades africanas (p. 19). Em outras palavras, o enfoque dado à leitura da sociedade capitalista dividida em classes sociais oculta outros marcadores sociais que vão para além das diferenças entre as classes sociais. Tal ocultamento dos outros marcadores leva ao falso entendimento de que a superação da sociedade de classes, por meio da luta social, também levará à superação das outras desigualdades, entre elas a desigualdade entre os gêneros (feminino e masculino) e a superação do racismo.

Desse modo, Akotirene (2019) também explica a pertinência da incorporação do conceito interseccionalidade nas nossas análises, nos campos do ser e do fazer pesquisa e da práxis. Ela compreende a interseccionalidade como uma “teoria, metodologia e instrumental prático” (p. 22) que possibilita não apenas registrar identidades (indígenas, imigrantes, negros, gays, lésbicas...), mas compreender que o sistema global mundo capitalista impôs o outro, o que não é o branco, o homem, o heterossexual, o cristão. A autora assevera que não se trata de defender políticas identitárias, mas sim fortalecer identidades políticas.

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas (AKOTIRENE, 2019, p. 29).

Importante destacar que incorporar o conceito-ferramenta nas pesquisas não se trata de “estratificação” e nem de política de identidades, mas de uma possibilidade analítica que proporciona uma visão para além da leitura das sociedades divididas em classes sociais, como já foi mencionado. É um instrumental teórico-metodológico criado pelas mulheres e pelos feminismos das mulheres negras e não se trata de um “feminismo interseccional”, pois tal afirmação, conforme Akotirene (2019), reduz a riqueza intelectual africana, conduzindo erroneamente a tratar como pós-modernidade.

A interseccionalidade pode ser situada como uma reivindicação dos movimentos de mulheres negras diante dos debates produzidos por mulheres brancas e de classe social abastada (SILVA; SILVA, 2011), como uma proposta teórico-metodológica que, nas palavras de Crenshaw (2002, p. 117):

[...] é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente

da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

É prudente destacar, também, a partir da leitura em Akotirene (2019), que o termo “interseccionalidade” foi inaugurado por Kimberlé Crenshaw (mulher, jurista, estadunidense, negra), a qual percebeu que há os eixos e a opressão (racismo e sexismo) por ser mulher e por ser mulher negra. Ela explica que usa a interseccionalidade para lidar com os problemas de justiça social como o racismo e sexismo, que para ela se sobrepõem “criando múltiplos níveis de injustiça social” (CRENSHAW, 2016).

No contexto estadunidense, nos exemplifica com a questão de gênero e a violência policial, explicando a matança de homens e mulheres negros e como a mídia lida de modo a invisibilizar as mulheres mortas pela violência policial. Crenshaw pontua que existe a violência contra as mulheres e a violência policial, que mata as comunidades de pessoas negras, entretanto a forma como a estrutura lida com a matança de mulheres negras dificulta perceber a violência que afeta as pessoas negras e afeta as mulheres negras nos dois níveis – violência contra a mulher e a violência policial. O contexto analisado por Crenshaw não se diferencia muito do contexto brasileiro. No Brasil, também lidamos com as violências policiais e as violências contra as mulheres, de forma que se notificam os homens que são mortos pelas violências policiais, entendendo que os homens estão mais presentes nas esferas públicas.

Sob o ponto de vista geográfico, a compreensão crítica do que seja “esfera pública” e “esfera privada” ou melhor, “espaço público e espaço privado”, nos permite entender as experiências das pessoas nos e com os espaços geográficos. Nos possibilita, também, a própria superação da dicotomia público-privado de forma a nos fazer refletir sobre o transitar histórico dos sujeitos nos espaços geográficos, considerando os seus respectivos marcadores identitários (cor, sexo, gênero, classe social...) e preconceitos e interdições que sofrem. No contexto da estrutura patriarcado-capitalismo, as mulheres são historicamente obrigadas a serem “recatadas e do lar”, ou seja, as mulheres devem se resguardar em casa – espaço privado.

A presença das mulheres nas esferas públicas (espaço de trabalho formal, por exemplo) foi uma luta histórica dos movimentos feministas, mas que não deixa/deixou de ser uma própria demanda do capitalismo em seu afã pelo lucro. “O capitalismo não hesita em revolucionar a família, em tirar a mulher do quarto escuro ou voltar a encerrá-la ali, desde que seus lucros estejam garantidos” (CARRASCO; PETIT, 2012, p. 8). Atualmente (século XXI) temos a presença de mulheres nos espaços públicos, nos empregos formais, porém a presença das mulheres nas esferas públicas das sociedades capitalistas não retirou os preconceitos e os estigmas de gênero. O preconceito e a opressão que as mulheres sofrem estão assentados na estrutura capitalista, que necessita discriminar para existir. A esse respeito, corrobora Saffioti (2015) quando afirma que há uma simbiose “capitalismo-patriarcado”.

No que tange aos “papeis de gênero”, o que é importante, sob o olhar geográfico crítico e interseccional, é também entender que a dicotomia público-privado implica na leitura do espaço privado da casa e as relações que se estabelecem entre os homens e as mulheres no âmbito do casamento como contrato social. E implica na forma como o Estado e a sociedade civil intervém nas questões das violências domésticas, que num passado não muito distante era naturalizado com a máxima “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”; implica também no não reconhecimento do trabalho doméstico e do cuidado em termos validação contratual da mulher e respectivas remunerações. Em concordância com Pateman (2013, p. 55), a leitura da oposição que se faz das esferas pública e privada é também a “oposição desigual entre homens e mulheres”.

Na palestra intitulada “a urgência da interseccionalidade”³, Crenshaw nos informa que a experiência que deu início à ideia de interseccionalidade foi ao lidar com um caso de uma mulher afro-americana que processou uma empresa por racismo e sexismo. Ao ser recusada para determinado cargo, acreditava ela (a mulher afro-americana) que a recusa era por ser mulher e não necessariamente mulher negra, uma vez que a empresa contratava pessoas afro-americanas. Diante do caso, Crenshaw percebeu que a mulher não foi contratada para determinado cargo por ser mulher. O cargo que a mulher almejava era ocupado majoritariamente por pessoas afro-americanas, porém homens. E as mulheres contratadas pela empresa estavam ocupavam cargos mais baixos (receptionistas, telefonistas, secretarias) eram todas brancas.

Crenshaw contatou que a justiça não percebia que havia ali uma dupla discriminação: por ser mulher e percebida como incapaz de ocupar o cargo almejado; e por ser negra, e como mulher negra não lhe cabia nem os cargos mais baixos da empresa. No contexto, a intelectual explica também que homens afro-americanos sofrem racismo e não discriminação de gênero e mulheres brancas sofrem discriminação de gênero. A combinação racismo e sexismo quem sofre são as mulheres negras. Nesses termos a experiência das mulheres afro-americanas se diferencia da experiência das mulheres brancas e dos homens afro-americanos.

Conforme Crenshaw, o caso da mulher afro-americana lhe chamou a atenção, pois a justiça não sabia lidar com a situação e também não tinha um nome para o que a mulher estava reivindicando. Desse modo, a justiça, segundo a jurista, corrobora com o sistema racista, sexista por não haver um enquadramento de casos de discriminação de raça e de sexo de forma combinada, como no caso da mulher. O padrão da justiça (no caso, a estadunidense) considera a discriminação de gênero e

³ Disponível em: https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br#t-394180
Acesso em: 20 set. 2021

a discriminação de raça de forma parcial e separada, portanto, não foi capaz de resolver o dilema da mulher que alegou sofrer dupla discriminação por parte da empresa.

Ao propor a intersecção de raça e gênero, Crenshaw provou como a organização da força de trabalho é estruturada em termos cor e sexo, fenômeno que não se diferencia muito do contexto brasileiro. Ratificando as ideias de Crenshaw e citando Luiza Bairos (1953-2016)⁴, Akotirene (2019) enfatiza que a “interseccionalidade possibilita pensarmos aspectos raciais da discriminação de gênero, sem perder de vista os aspectos de gênero da discriminação racial” (p. 33). Essa perspectiva é valiosa para entendermos as complexidades das dinâmicas socioespaciais de modo a contribuir para uma análise mais inclusiva e precisa das questões relacionadas às discriminações.

A POTÊNCIA DO CONCEITO PARA A GEOGRAFIA

Na Geografia, a interseccionalidade tem sido adotada para examinar as formas como a interação entre essas diferentes categorias sociais afeta a produção do espaço, as relações sociais e as experiências das pessoas em diferentes lugares e contextos. Ela busca entender como as identidades e as desigualdades se entrelaçam e como diferentes grupos sociais enfrentam exclusão, segregação e injustiça espacial de maneiras distintas. Através da interseccionalidade, os/as geógrafos/as podem analisar como as relações de poder e as desigualdades se manifestam no espaço, investigando questões como acesso a recursos, distribuição desigual de serviços e infraestrutura, segregação urbana, deslocamentos forçados, entre outros. Ela permite uma análise mais complexa e contextualizada das dinâmicas sociais, considerando as múltiplas identidades e experiências dos indivíduos e grupos (SILVA; SILVA, 2011).

A forma como as pessoas vivem as suas vidas perpassa pelo entendimento das experiências espaciais, como já foi pontuado por Santos (1996). A interseccionalidade passa a ser útil para essa constatação e também possibilita, através de uma abordagem crítica, desafiar as estruturas e as normas dominantes, questionando as formas de opressão e desigualdade que podem ser invisibilizadas por análises simplificadas e unidimensionais. Ela contribui para a promoção da justiça espacial e social, ao destacar as formas como as experiências de pessoas marginalizadas são moldadas por interações complexas de poder no e com os espaços.

Sob o ponto de vista, e a critério de exemplo dos espaços de trabalho e da força de trabalho, temos o exemplo de um breve levantamento sobre os gêneros que estão ocupando os chamados “serviços domésticos” no contexto brasileiro. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

⁴ Mulher, militante do movimento negro e das lutas mulheres negras no Brasil.

inclui nos chamados serviços domésticos: cozinheiros, copeiros, arrumadeiras, motoristas, lavadeiras, passadeiras, babás, jardineiros, governantas, caseiros. São pessoas contratadas para atender às necessidades de seus residentes.

Pesquisando a categoria “serviços domésticos” e utilizando as variáveis sexo e raça, a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Continua (PNADC), é possível ter uma noção da organização da força de trabalho nessa categoria, entre os sexos feminino e masculino, na escala Brasil, Ceará e Fortaleza, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Taxa de ocupação em Serviços Domésticos por sexo no Brasil, Ceará e Fortaleza, 4º trimestre de 2018 e 2020.

	2018		2020	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Brasil	7,6	92,4	7,7	92,3
Ceará	7,3	92,7	7,8	92,2
Fortaleza	4,3	95,7	7,5	92,5

Fonte: PNADC, 4º Tri. 2018 e 2020. Elaborado pela autora.

A tabela apresenta a taxa de ocupação em serviços domésticos por sexo no Brasil, Ceará e Fortaleza no 4º trimestre de 2018 e 2020. Na escala Brasil, em 2018, a taxa de ocupação masculina foi de 7,6%, enquanto a feminina foi de 92,4%. Em 2020, houve um leve aumento na taxa de ocupação masculina para 7,7%, enquanto a feminina teve uma pequena redução para 92,3%. No Ceará, em 2018, a taxa de ocupação masculina foi de 7,3%, e a feminina foi de 92,7%. Já em 2020, a taxa de ocupação masculina aumentou para 7,8%, enquanto a feminina teve uma pequena redução para 92,2%.

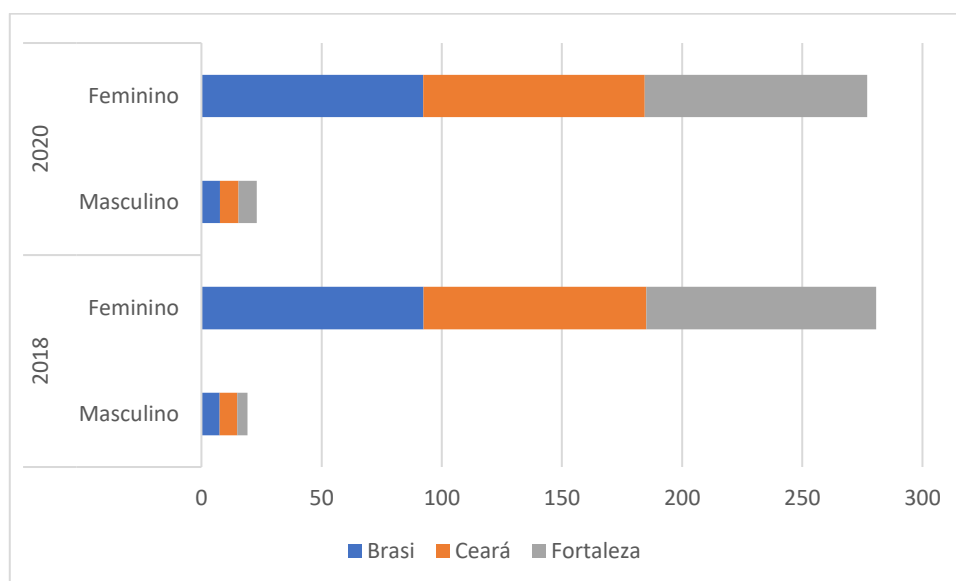
Observamos Fortaleza, onde em 2018 a taxa de ocupação masculina foi significativamente menor, atingindo 4,3%, enquanto a feminina foi de 95,7%. Já em 2020, a taxa de ocupação masculina aumentou para 7,5%, e a feminina teve uma pequena redução para 92,5%.

Constatamos que, em geral, houve um aumento na taxa de ocupação masculina e uma diminuição na taxa de ocupação feminina em Fortaleza e Ceará de 2018 para 2020. No entanto, as diferenças são mais expressivas em Fortaleza, onde a ocupação masculina teve um aumento significativo.

Os dados revelam que entre os sexos masculino e feminino, o sexo feminino majora nos chamados serviços domésticos nos três níveis – Brasil, Ceará e Fortaleza, com ressalva para pequenas alterações. Podemos observar que no contexto da organização da força de trabalho no Brasil, a amostra de 2018 da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) mostra um percentual maior de mulheres empregadas nos chamados serviços domésticos, fato que deve ser considerado pertinente quando se trata de pesquisas geográficas que abordam trabalho e força de trabalho.

Os dados são melhor visualizados no Gráfico 1.

Gráfico 1: Taxa de ocupação em Serviços Domésticos por sexo no Brasil, Ceará e Fortaleza, 4º trimestre de 2018 e 2020.



Fonte: PNADC, 4º Tri. 2018 e 2020. Elaborado pela autora.

Diante dos dados sobre “Serviços Domésticos, infere-se que a leitura geográfica sobre trabalho e força de trabalho quando feita de forma interseccional, nos permite fazermos análises críticas sobre espaços de trabalho e respectivos sujeitos e marcadores identitários. A majoração de mulheres nos trabalhos de limpeza, cuidados, cozimento... nos revela a imbricação dos marcadores identitários e das discriminações de gênero, assim como a cultura dos “papeis de gênero” que reflete na exploração e opressão da força de trabalho e na precarização dos espaços e das relações de trabalho no atual contexto do capitalismo.

Para a apreensão das experiências dos sujeitos no e com os espaços, se faz necessário outra imagética sobre a forma como compreendemos o espaço no tocante à ciência geográfica. A forma como pensamos os espaços influencia diretamente na forma como vamos “analisar” os espaços e até mesmo nas nossas ações e proposições políticas transformadoras. Gestada na Modernidade, a Geografia enquanto ciência é baseada nas dualidades, o modo de ser e fazer pesquisa é baseado em termos de sujeito-objeto, sendo o sujeito que pesquisa entendido como um ser neutro e o objetivo que se pesquisa antes sem corpos, sem sexo, sem gênero e sem cor. Acredita-se haver um dentro e um fora de espaços; uma inclusão e uma exclusão em termos espaciais. Entra-se em conformidade com as proposições da geógrafa Doreen Massey, quando ela afirma que lemos o espaço dependente do tempo, e as mudanças espaciais se darão em termos temporais e, dessa forma, não nos atentamos para as concomitâncias de espacialidade, de experiências das pessoas no e com os espaços.

Quando utilizamos termos como "avançado", "atrasado", "em desenvolvimento", "moderno", referindo-nos a diferentes regiões do planeta, o que acontece é que diferenças espaciais estão sendo imaginadas como sendo temporais. Diferenças geográficas estão sendo reconcebidas em termos de sequência histórica (MASSEY, 2004, p. 9).

A dificuldade de se considerar as experiências dos sujeitos, atentando para os marcadores identitários (classe social, cor, gênero...), faz parte da herança epistemológica da Geografia que impede de pensar os corpos e as corporeidades geograficamente. No bojo da Modernidade e suas dualidades, há também as neutralidades. O homem foi entendido como sujeito universal, de modo que ao falarmos Homem, estamos a falar de homens e mulheres. Tal racionalidade dificulta pensarmos geograficamente nos "corpos encarnados"⁵. O espaço, para Geografia hegemônica, é um espaço sem sujeitos ou com a noção de sujeito universal, comumente dividido em classes sociais⁶. É uma Geografia quem não considera nem os corpos e nem os sujeitos em suas diversidades, identidades e experiências.

Nessa linha de pensamento, trazer a ferramenta interseccionalidade para a Geografia trata-se de desconstruir, primeiramente a noção de sujeito universal, neutro e puramente racional; segundo, se trata de sofisticar a nossa noção de espaço, que é baseada na racionalidade Moderna que reflete numa Geografia de espaços sem sujeitos. Trata-se, também de desconstruir as noções de gênero (homens e mulheres) baseada apenas nos papéis que elas e eles exercem. No processo de desconstrução da leitura dos papéis que cada um dos gêneros executa na sociedade, cabe o desalinhamento da noção de sexo (feminino e masculino) alinhado com os papéis que cada um/a devem exercer conforme a construção social e socialização de homens e mulheres.

Se alinhar a uma racionalidade sobre o espaço que possibilita reconhecer a existência e as experiências dos sujeitos é também possibilitar a visibilidade de homens, mulheres, gays, lésbicas, travestis, homens e mulheres negros e todos/as os/as sujeitos que fogem da imagem do sujeito da Modernidade (homem, branco, heterossexual, cristão). Porém, para dar visibilidade sem reforçar a invisibilidade, a noção de espaço geograficamente pensado deve ser reorientada para a noção de espaço relacional, conforme nos propõe Massey (2015), como já foi mencionado.

No campo das Geografias, a interseccionalidade se apresenta como uma rica ferramenta metodológica para a análise e interpretação do espaço geográfico. Na virada do século XX para o XXI, passou a ser de interesse da Geografia Cultural a abordagem do Espaço Urbano que considera as existências das pessoas e os seus respectivos marcadores estruturantes do capitalismo, classe social-gênero-sexualidade-raça, numa perspectiva crítica, aderindo às proposições teóricas feministas e pós-

⁵ Termos falados pela Profa. Dra. Joseli Maria Silva, docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

⁶ As geografias de orientação marxista, principalmente.

estruturalistas. No Brasil, as análises geográficas que adotam as propostas teórico-metodológicas feministas têm como núcleo o Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que vem realizando, desde o início dos anos 2000, pesquisas que problematizam a relação espaço-gênero-sexualidade.

No contexto dos estudos realizados pelo GETE e suas respectivas articulações com as geografias produzidas na América Latina e no mundo, foi lançado em 2011 a obra “Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial”, organizada pelas geógrafas Profa. Joseli Maria Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa) e Profa. Maria das Graças Silva Nascimento Silva (Universidade Federal de Rondônia), na qual estão reunidos dezesseis (16) artigos baseados em pesquisas empíricas sobre o espaço e interseccionalidades de geógrafos e geógrafas brasileiros e de outros países da América Latina e do mundo.

Inserido na obra supracitada, encontra-se a pesquisa intitulada: *Interseccionalidad y malestares por opresión a través de los mapas de relieves de la experiencia*”, realizada no município de Manresa, na província de Barcelona, pela geógrafa Maria Rodó-de-Zárate (Universidade Autônoma de Barcelona). Rodó-de-Zárate (2011) desenvolveu a metodologia dos “Mapas de Relevo” para operacionalizar o conceito de interseccionalidade. A pesquisa teve como foco as mulheres lésbicas e suas experiências e vivências. A pesquisa empírica evidenciou que as mulheres marcadas pelo gênero e pela sexualidade, pela raça e pela classe, encontram-se em posição de privilégio e/ou opressão conforme o espaço geográfico vivenciado.

Rodó-de-Zárate (2011) inaugura a possibilidade para a execução e criação de metodologias complexas, cruzando variáveis e que permitem escapar da ideia de espaço fixo. A geógrafa abre o debate para a importância analítica - espaço e interseccionalidade, fornecendo aparatos teóricos e metodológicos para geografizar as dinâmicas do cotidiano das pessoas nas cidades. A autora também abre o debate para as temáticas que envolvem as identidades (LGBT, negras) e o direito à cidade. Temáticas caras à Geografia brasileira.

Também inserido na obra “Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial”, encontra-se a pesquisa “Gênero, raça e espaço: uma abordagem da trajetória de mulheres negras”, realizada pelo geógrafo Alex Ratts (Universidade Federal de Goiás). Ratts (2011) faz um levantamento histórico, geográfico e antropológico dos “deslocamentos socioespaciais das mulheres negras” no Brasil, tendo como recorte temporal 1870 e 1930, e como foco os estudos voltados para as cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, São Luís, Salvador e Fortaleza. Interseccionando as variáveis gênero, raça e espaço, o autor pontua duas trajetórias de mulheres negras:

o deslocamento espacial campo para cidade se direcionando para os empregos domésticos; e outro das mulheres negras empregadas domésticas entre as residências locais de trabalho e suas residências como moradia” O ir e vir das mulheres negras nos espaços urbanos é conectado “à figura da empregada doméstica (RATTS, 2011, p. 350).

Portanto, a ferramenta conceito não é algo “novo” para a Geografia e pode ser exercitada na Geografia que envolva pessoas e grupos sociais. Para uma Geografia contextualizada e atenta às abordagens que se fundamentam nas Teorias Críticas Feministas e nos feminismos negros, é necessário a promoção do debate crítico sobre a própria epistemologia da Geografia. Ao incorporar ferramentas-conceitos metodológicos de caráter feminista, é possível produzir uma Geografia Crítica que vislumbre uma compressão dos fenômenos sociais que contempla temas contemporâneos que envolvem a vida, as tramas e os dramas sociais relacionados ao modo de produção capitalista em sua simbiose com o patriarcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer a interseccionalidade para as análises geográficas é reconhecer que há uma Geografia hegemônica, que produz conhecimentos alijando o arcabouço intelectual de mulheres e de mulheres negras; que não reconhece as epistemologias feministas; que desconhece a contribuição da crítica política elaborada pelas mulheres e a Teoria Crítica Feminista. Compreende-se, aqui, a interseccionalidade em conformidade com os ensinamentos das mulheres feministas e intelectuais negras como um instrumental teórico-metodológico que faz a leitura inseparável da estrutura capitalismo-racismo-patriarcado, na qual as identidades são impostas de modo a produzir sujeitos que passam a serem considerados os Outros no sistema mundo.

No contexto da Geografia, a interseccionalidade permite uma análise mais precisa das desigualdades espaciais. A ferramenta ajuda a entender como diferentes grupos sociais que têm acesso diferenciado a recursos, serviços e oportunidades com base nos marcadores estruturantes do capitalismo (cor, gênero, capacidade, geração, sexo...). Por exemplo, uma análise interseccional pode revelar como mulheres negras de baixa renda enfrentam desafios específicos no acesso à moradia adequada, emprego digno e serviços públicos em comparação com outros grupos.

A interseccionalidade na Geografia desafia as abordagens simplistas que tratam as pessoas como pertencentes a uma única categoria social, ignorando as interações complexas entre diferentes formas de opressão. Pensar criticamente e interseccionalmente é reconhecer a diversidade e as experiências únicas das pessoas, destacando a importância de levar em conta as múltiplas dimensões da identidade e da desigualdade em análises socioespaciais.

Ao exercitarem a interseccionalidade, geógrafos/as podem fornecer uma compreensão mais profunda das relações de poder, das dinâmicas sociais e das desigualdades espaciais. Podendo contribuir para uma análise mais justa e inclusiva do e no espaço geográfico, permitindo a identificação de padrões de exclusão, segregação e injustiças, que são frequentemente invisibilizados por abordagens geográficas tradicionais.

Em suma, a interseccionalidade como conceito-ferramenta metodológica na Geografia fortalece a análise crítica das desigualdades espaciais, levando em consideração as interações complexas entre diferentes categorias e identidades políticas. Ela amplia a compreensão das experiências de opressão e privilégio no espaço geográfico, permitindo a identificação de estratégias e políticas mais eficazes para promover a justiça social e espacial.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- CARRASCO, Carmem; PETIT, Mercedes. **Mulheres trabalhadoras e marxismo**. Um debate sobre opressão. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012. 114 p.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação raciais relativos ao gênero estudos feministas. **Revista de Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123084/mod_resource/content/1/Crenshaw%202002%20revista%20estudos%20feministas.pdf. Acesso em 24 out. 2021
- MASSEY, Doreen Barbara. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **Geographia**, n. 12, 2004. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br>. Acesso em: 24 out. 2017.
- MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: BIROLE, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo, SP: Horizonte, 2013. 55-79 p.
- RATTS, Alex. Gênero, raça e espaço: uma abordagem da trajetória de mulheres negras. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento.; SILVA, Joseli Maria (Orgs.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011. p. 333-354.
- RIBEIRO, Djamilia. In: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Apresentação da Obra. p. 11-12.
- RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria. Interseccionalidad y malestares por opresión a través de los mapas de relieves de la experiencia. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento.; SILVA, Joseli Maria. (Orgs.) **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011. p. 40-56.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SANTOS, Milton. Por uma Geografia Cidadã: Por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 21, n. 1, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38613>. Acesso em: 25 dez. 2015.
- SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento.; SILVA, Joseli Maria. (Orgs.) **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.